



História da Historiografia

ISSN: 1983-9928

Brazilian Society for History and Theory of Historiography
(SBTHH)

Diana, Elvis de Almeida

Travessias historiográficas: da História das Ideias às contribuições da História Intelectual
e da História Conceitual para o estudo dos processos políticos uruguaios oitocentistas

História da Historiografia, vol. 15, núm. 38, 2022, Janeiro-Abril, pp. 67-96

Brazilian Society for History and Theory of Historiography (SBTHH)

DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v15i38.1809>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597771344003>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Travessias historiográficas: da História das Ideias às contribuições da História Intelectual e da História Conceitual para o estudo dos processos políticos uruguaios oitocentistas

Historiographic crossings: from the History of Ideas to the contributions of Intellectual History and Conceptual History to the study of nineteenth-century Uruguayan political processes

Elvis de Almeida Diana ^a

E-mail: eaediana844@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4181-6028> 

^a Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO

O estudo pretende analisar as mudanças epistemológicas pelas quais tem passado a historiografia uruguaia nas últimas duas décadas, mais especificamente as que dizem respeito ao estudo dos processos político-intelectuais e conceituais do Uruguai oitocentista. Nesse sentido, este artigo está dividido em duas partes: na primeira, trataremos sobre a tradicional História das Ideias de meados do século XX na América Latina, principalmente no Uruguai, e a renovação teórico-metodológica ocorrida nessa disciplina, a partir dos pressupostos mais amplos da chamada “Nova” História Intelectual; na segunda parte, abordaremos como essa reformulação tem sido mobilizada, juntamente com a História Conceitual, pela historiografia uruguaia recente, enquanto um aporte consistente e frutífero para a análise dos processos político-intelectuais oitocentistas desse país platino frente à tradicional História das Ideias, proporcionando, assim, novos olhares, hipóteses e debates sobre o período em questão.

PALAVRAS-CHAVE

História das ideias; História Intelectual; História conceitual.

ABSTRACT

This article intends to analyze the epistemological changes that Uruguayan historiography underwent over the last two decades, more specifically, those that concern the study of the political-intellectual and conceptual processes of nineteenth century Uruguay. This article is thus divided into two parts. In the first, we will deal with the traditional History of Ideas from the mid-twentieth century in Latin America and, mainly, in Uruguay, and the theoretical and methodological renewal that took place in this field, from the broader assumptions of the so-called “New” Intellectual History. The second part will address how this reformulation has been mobilized, together with Conceptual History, by recent Uruguayan historiography, as a consistent and fruitful contribution to the analysis of the country’s nineteenth-century political-intellectual processes in view of the traditional History of Ideas, thus providing new perspectives, hypotheses and debates about the period in question.

KEYWORDS

History of Ideas; Intellectual History; Conceptual History.

Nas últimas duas décadas, tem ocorrido uma mudança substancial dentro da historiografia uruguaia, em relação ao aporte teórico-metodológico para o estudo sobre os processos políticos do século XIX desse país. Essa reformulação tem sido pautada pelos recursos proporcionados pela História Intelectual e pela História Conceitual como alternativa à tradicional História das Ideias. Nesse sentido, nosso objetivo, neste artigo, é realizar uma análise sobre essa renovação, apontando as principais características de cada uma dessas abordagens, os possíveis pontos de inflexão tanto de modo geral, quanto, mais especificamente, na historiografia uruguaia. Essa renovação, a nosso ver, tem se mostrado muito frutífera para se estudar esse período, marcado por profundas transformações políticas e balizado, especialmente, pelos processos de independência e pela posterior consolidação do Estado nacional.

Também acreditamos ser necessário explicitar que vários autores já realizaram parte do esforço que buscamos desenvolver aqui. Mais especificamente em relação às mudanças teórico-epistemológicas relativas à transição da História das Ideias para a História Intelectual tanto na Europa, quanto nas Américas (GRANADOS GARCÍA; MARICHAL, 2009; WASSERMAN, 2015; DOSSE, 2007; PALTÍ, 2007b). Por outro lado, outros pesquisadores também se debruçaram sobre as indicações teórico-metodológicas da História Intelectual, ou dos discursos políticos de “enfoque collingwoodiano”,¹ e da História Conceitual, encabeçada por Reinhart Koselleck, e as possibilidades de complementaridade entre essas duas disciplinas (KOSELLECK, 2006; POCKOCK, 2006; RICHTER, 2006; PALTÍ, 2007b). No entanto, a nível mais específico, ainda não foi dada uma atenção maior às mudanças sofridas pela historiografia uruguaia especializada nos processos político-intelectuais e conceituais oitocentistas do país.

Assim, dividimos este artigo em duas partes: na primeira, trataremos sobre a tradicional História das Ideias de meados do século XX na América Latina, principalmente no Uruguai, e a renovação teórico-metodológica ocorrida nessa disciplina, a partir dos pressupostos mais amplos da chamada “Nova” História Intelectual; na segunda parte, analisaremos como essa reformulação tem sido mobilizada, juntamente com a História Conceitual, pela historiografia uruguaia recente, enquanto um aporte consistente e frutífero para a análise dos processos político-intelectuais oitocentistas desse país platino frente à tradicional História das Ideias, proporcionando, assim, novos olhares, hipóteses e debates sobre o período em questão.

¹ O termo “enfoque collingwoodiano” se deve à denominação dada por Quentin Skinner às contribuições do filósofo Robin George Collingwood à abordagem teórico-metodológica da disciplina (SKINNER, 2001 *apud* JASMIN; FERES JUNIOR, 2006, p. 11).

Da História das Ideias à História Intelectual: reverberações na América Latina e no Uruguai

Aimer Granados García e Carlos Marichal afirmam que parece ser um consenso historiográfico o fato de que o primeiro autor a utilizar o termo História das Ideias tenha sido o estadunidense Arthur Lovejoy, ainda na década de 1930, a partir de sua obra *The great Chain of being* (GRANADOS GARCÍA; MARICHAL, 2009). Além dessa obra, Lovejoy também fundou a *Journal of the History of Ideas*, uma revista por meio da qual buscou sistematizar e promover essa nova área de estudos (GRANADOS GARCÍA; MARICHAL, 2009), delimitando, assim, um espaço institucional e teórico próprio (PALTÍ, 1998).

A antiga História das Ideias, proposta por Lovejoy, focava mais o conteúdo do texto e as ideias em si mesmas que as obras dos autores ditos “clássicos” viessem a estabelecer. Além disso, concebia as ideias como “atemporais” e “imutáveis”, e não buscava entender os modos como elas eram pensadas em diálogo com a realidade (DOSSE, 2007; GRANADOS GARCÍA; MARICHAL, 2009). Nesse sentido, Lovejoy propôs a concepção passiva de “influência” das ideias sobre o pensamento, além de entender que havia uma “unidade” destas, enquanto elementos responsáveis pela formação de toda uma “cadeia” de caráter universal e essencialista (LOVEJOY, 2001 [1936]; LOVEJOY, 2000 [1940]).

No entanto, Lovejoy não teve uma recepção tão considerável pelos historiadores e filósofos latino-americanos do mesmo contexto. Na América Latina, o “movimento” (CARVALHO, 2012) encabeçado pelo mexicano Leopoldo Zea, pelo argentino Arturo Andrés Roig e pelo uruguaio Arturo Ardao praticamente não fazia, em seus congressos e encontros, menções aos pressupostos de Lovejoy e seus seguidores (SANTOS, 2016). Além disso, Luciano dos Santos argumenta que tal fato provavelmente ocorreu devido à recusa, por parte de seus expoentes, em adotar as indicações “abstratas”, “universais” e “internalistas”, características muito presentes na obra e na escola historiográfica lideradas pelo autor estadunidense (SANTOS, 2016, p. 90). Dessa forma, procuraram voltar suas preocupações aos seus próprios contextos social e político, e pensar a América Latina de forma crítica, como um “autoquestionamento”, além de afirmar uma “[...] autêntica filosofia latino-americana” (CARVALHO, 2012, p. 225).

No entanto, Elías Paltí chama a atenção para o fato de que estes autores estavam mais preocupados com os “erros” e “desvios” de significados existentes no processo de “transferência” das ideias liberais europeias para a América Latina do que com as possíveis contribuições que o pensamento latino-americano teria proporcionado ao

“velho mundo” (PALTÍ, 2007b, p. 302). Ainda conforme Palti, aqueles autores tentaram compreender como as ideias liberais, provindas da Europa, teriam se “desvirtuado” de suas “origens” ao serem inseridas em um espaço alheio, “estranho” e “hostil” a elas, enquanto um simples fato “[...] derivado de uma sorte de ‘dessincronia’ histórica” (PALTÍ, 2007b, p. 303).²

Dentre esses três expoentes da história das ideias latino-americanas das décadas de 1940 e 1950, destacados anteriormente por Carvalho, evidenciamos o uruguaio Arturo Ardao, de modo a nos dedicarmos mais detidamente sobre os caminhos da historiografia da História Intelectual e Conceitual desse país, um dos propósitos deste artigo. Luciano dos Santos, autor que realizou um estudo mais aprofundado sobre a produção intelectual de Ardao, afirma que, embora o escritor uruguaio tenha tido como referenciais, no plano nacional, autores como José Enrique Rodó e Carlos Vaz Ferreira, suas maiores inspirações eram de âmbito regional e global (SANTOS, 2016). Desse modo, os argentinos José Ingenieros e Alejandro Korn, além do “circunstancialismo ortegiano”, foram, segundo Santos, suas maiores inspirações (SANTOS, 2016, p. 49).

Ainda conforme Santos, esses vieses eram mais consonantes com as propensões historicistas de Ardao em “[...] suas formas de pensar a cultura intelectual no Uruguai.” (SANTOS, 2016, p. 49). De qualquer modo, a produção intelectual de Ardao em relação à História das Ideias uruguaia, como assinala Clara Alicia Jalif de Bertranou, foi marcada por uma síntese, ou seja, a “[...] conjunção de um sentimento nacional e americano” (JALIF DE BERTRANOU, 2012, p. 18).

A respeito do que compreendia acerca da História das Ideias, Ardao apontou algumas convergências e divergências entre historiadores como José Gaos, José Ortega y Gasset e Francisco Romero, principalmente. De modo a defender, implicitamente, sua discordância em relação à universalidade que Lovejoy propunha e à “pureza” defendida por Ortega y Gasset (ARDAO, 1957, p. 22), Ardao sustentou que a História das Ideias deveria ser empreendida enquanto uma “[...] história particularizada de tal ou qual tipo de ideias: filosóficas, religiosas, científicas, estéticas, pedagógicas, políticas, jurídicas, econômicas, sociais” (ARDAO, 1957, p. 22).

No entanto, Ardao sustentou, a partir do que depreendeu da leitura que fez de Ortega y Gasset, que as ideias, enquanto “pensamentos concretos”, poderiam estar conectadas às “circunstâncias” ou, de outro modo, aos contextos e ações humanas que

² Optamos por traduzir as citações diretas que, originalmente, estão em outros idiomas. Todas as traduções são de responsabilidade do autor.

as engendraram. Conforme Ardao, essa forma de enxergar a disciplina não somente seria possível, “[...] mas sim [...] a única teoricamente válida” (ARDAO, 1957, p. 22), o que, a nosso ver, pressuporia uma concepção em que as ideias consistiriam mais em um “reflexo” ou resultado direto da realidade.

Também buscou dar maior atenção à temporalidade enquanto um elemento de “ação histórica”, conforme fez questão de defender ao tratar dessa separação. E o fez com base em dois motivos principais, em sua ótica: tanto por causa da “precariedade” de uma “filosofia pura” na América Latina, quanto por compreender como “poderosa” a “[...] ação histórica das ideias, [...] utilizadas como *ferramentas na organização e reorganização de nossas nacionalidades*” (ARDAO, 1957, p. 23, grifos nossos).

No entanto, entendeu que, mesmo que o termo “história das ideias” conotasse um caráter mais universal, ele contribuía para uma “orientação” na análise histórica de “tipos de ideias”, e os compartimentou do seguinte modo: “*Das ideias religiosas, científicas, estéticas e pedagógicas, em uma linha; das ideias políticas, jurídicas, econômicas e sociais, em outra linha*” (ARDAO, 1957, p. 23, grifos nossos). Ou seja, sua concepção sugere que elementos de uma dessas “linhas” não poderiam estar imbricados, contextualmente, com os elementos da outra. Em nossa perspectiva, isso, consequentemente, pressuporia certa “pureza” de algumas ideias em relação a outras, o que o aproximava de Lovejoy nesse ponto.

Mais especificamente sobre as ideias político-filosóficas que marcaram o oitocentos uruguaio, destacamos as obras em que o autor tratou sobre as relações e tensões entre o liberalismo e o racionalismo e as instituições religiosas do país (ARDAO, 1962). Também destacamos a que Ardao concebe o positivismo e o espiritualismo como duas “[...] escolas definidas que modelaram a inteligência nacional e ainda a consciência *espiritual* do país, em um período decisivo do seu desenvolvimento [século XIX]” (ARDAO, 1968, p. 9, grifo nosso, inserção nossa).

De modo geral, o autor também se utilizou de termos muito próprios de uma antiga História das Ideias, considerando o panorama geral dessa disciplina que apresentamos anteriormente e com base na bibliografia pertinente. Ao tratar sobre as obras de alguns escritores uruguaios oitocentistas como, por exemplo, Dámaso Larrañaga, José Pedro Varela, e Eduardo Acevedo Díaz, Ardao mobilizou as seguintes terminologias: “originalidade” (ARDAO, 1959; 1971); “origens”, “influência”, “espírito” (ARDAO, 1971). Em nossa perspectiva, tais expressões conotavam mais um caráter determinista e transcendente das ideias do que elementos ligados ao contexto histórico.

Embora tenha sido considerado “[...] um expoente quase solitário na história das ideias [...]” uruguaia (MARTÍNEZ DIAZ, 1983, p. 62), Ardao não foi o único autor dessa disciplina no país. Além dele, outros pesquisadores também seguiram essa mesma linha no Uruguai a partir dos anos 1940, tais como Jesualdo Sosa, Carlos Rama, Juan E. Pivel Devoto, Carlos Real de Azúa, e Alberto Zum Felde. Inclusive, tendo eles formado um Comitê de História das Ideias nos moldes daquele iniciado por Zea, no México, e o vinculado a este (ARDAO, 1957, p. 22). Dentre esses nomes, destacamos os dois últimos: Real de Azúa e Zum Felde.

Não podemos deixar de reconhecer que, assim como Ardao e os demais autores mencionados antes, Real de Azúa foi um autor que contribuiu sobremaneira para a escrita da História uruguaia, no esforço de se estabelecer essa área própria da “inteligência” do país. No entanto, em seu entendimento sobre o “ambiente espiritual” uruguaio de finais do século XIX e início do XX, e os referenciais intelectuais e culturais externos que fizeram parte da História das Ideias do país daquele contexto, afirmou que “*doutrinas há, que influenciaram profundamente, sem uma perceptível ou recordável elaboração por nossa parte*” (REAL DE AZÚA, 1950, p. 16, grifos nossos). Assim, em nossa ótica, pressupunha a existência de uma passividade intelectual, inibidora de qualquer ação de reelaboração ou resignificação.

Zum Felde, por sua vez, também buscou se dedicar a entender a história das ideias no país platino como um “processo”, e sua obra intitulada *Proceso intelectual del Uruguay y crítica de su literatura*, que é distribuída em três tomos, é, talvez, o maior exemplo disso. Zum Felde até buscou realizar uma historicização das correntes filosóficas existentes no país e utilizou, em alguns momentos, o termo “história intelectual” (ZUM FELDE, 1930, p. 11), porém, não pressupôs propriamente uma renovação em relação à mesma história das ideias praticada por Ardao, Zea, Romero e outros autores de seu contexto. Tanto é que também reproduzia, assim como esses filósofos e historiadores, termos muito alinhados a essa vertente mais tradicional, como “influência”, “espírito”, “originalidade”, “imitação/cópia” etc. (ZUM FELDE, 1930). Nesse sentido, a respeito do “espírito das ideias” existente no oitocentos uruguaio, Zum Felde afirmou o seguinte: “[...] limitemo-nos a reafirmar nossa fé na *primazia das ideias, como forças morais promotoras de todo heroísmo humano*, heroísmo sem o qual nenhuma transformação – nem nenhum progresso – seria possível” (ZUM FELDE, 1947, p. 6, grifos nossos).

Considerando esse trecho, percebemos que a concepção de Zum Felde radicava na convicção de que as ideias consistiam em “forças” quase que exteriores ao ser humano enquanto agente da história, e desconsiderava os modos sociais de sua circulação, recepção e modificação no tempo, o que o distanciava um pouco de Ardao. Desse

modo, ao tratar sobre a “influência francesa” no país, sustentou que o romantismo foi o que “[...] preencheu quase toda a vida do século XIX, desde sua literatura até sua política [...]” (ZUM FELDE, 1947, p. 5). Por outro lado, entendia, também, que tanto o “tipo” uruguaio, quanto o latino-americano eram formados por elementos que caracterizavam um “produto hispano-francês”, com suas específicas “afinidades tipológicas” que proporcionavam essa condição (ZUM FELDE, 1947, p. 13).

Esse foi, grosso modo, o panorama geral em que a tradicional História das Ideias uruguaia se estabeleceu a partir dos anos 1930 e foi praticada, em maior ou menor grau, até o final dos anos 1990, momento em que houve uma renovação nas formas de se escrever a História Intelectual e Conceitual do país. Assim, com a renovação sofrida pela tradicional História das Ideias no plano mais geral, houve uma reformulação dos pressupostos teórico-metodológicos e historiográficos tanto na Europa, quanto nas Américas Anglo-saxônica e Latina de meados do século XX em diante.

Essa antiga História das Ideias, aos poucos, cedeu espaço à que ficou conhecida como História Intelectual ou “Nova” História Intelectual, gerando críticas e o envolvimento de outros historiadores que também se debruçaram sobre essa temática já durante a segunda metade do século XX. O contrerrâneo de Lovejoy, Robert Darnton, por exemplo, em levantamento feito na década de 1980, indicou o declínio dos estudos referentes àquela vertente que, cada vez mais, se tornava ultrapassada entre os historiadores (DARNTON, s/d *apud* GRANADOS GARCIA; MARICHAL, 2009). Além de Darnton, outros autores estadunidenses também emergiram dessas mudanças, tais como Dominick LaCapra, por exemplo, com trabalhos que vieram a contribuir consideravelmente para essa renovação epistemológica (PALTÍ, 1998). Na França, Pierre Rosanvallon apontou as “debilidades metodológicas” da História das Ideias, sendo elas, a partir dos comentários de Granados García e Marichal: “a tentação do dicionário, a história das doutrinas, o comparatismo textual, o reconstrutivismo e o tipologismo” (ROSANVALLON, 2002 *apud* GRANADOS GARCIA; MARICHAL, 2009, p. 14).

Já na Inglaterra, os historiadores Quentin Skinner e John Pocock, expoentes da chamada Escola de Cambridge, estabeleceram, a partir do final da década de 1960, as bases para o que passou a se chamar de História Intelectual, embora essa denominação seja difícil de ser estabelecida, assim como bem defende Elías Paltí (1998). Apesar da complexidade de se estabelecer uma linha de diferenciação totalmente nítida entre tais abordagens, Paltí destaca o artigo *Meaning and Understanding in the History of Ideas*

(1969), de Skinner, como um ponto de cisão entre uma “Nova” História Intelectual e a História das Ideias de Lovejoy, no contexto da “virada linguística” (PALTÍ, 1998).³

Assim, essa abordagem passou a exercer um caráter mais abrangente, extrapolando o estudo exclusivo dos tratados filosóficos e doutrinários “clássicos”, das ideias imutáveis, e abriu espaço para a análise dos textos dos autores tanto consolidados quanto “desconhecidos”, tudo isso em consonância com as práticas sociais (FALCON, 1997). A partir desse momento de virada, houve uma preocupação maior em evadir-se dos anacronismos cometidos ao olhar para o passado com as preocupações do presente, visando-se aos mesmos significados que as ideias teriam no contexto de escrita do historiador. Além disso, em uma crítica a Lovejoy, passou-se a evitar os riscos das “mitologias” e dos “absurdos históricos” que a história do pensamento poderia proporcionar (SKINNER, 2005).

Skinner e Pocock também elaboraram e defenderam outras ideias muito frutíferas para a História Intelectual, tais como os conceitos de “intencionalidades” ou “atos de fala” dos autores em seus textos, elaborados em meio a um “contextualismo linguístico” e histórico específico, de acordo com o que Skinner argumenta a partir das considerações de John Austin (SKINNER, 2005). Desse modo, para Skinner, o contexto histórico não é o determinante do que se disse ou pensou, mas sim um referencial relevante para a compreensão dos “atos de fala” inscritos em nível textual e em uma convenção linguística de um período histórico específico (SKINNER, 1988, p. 64 *apud* PALTÍ, 2007b, p. 299). Embora tenha contribuído e ainda contribua metodologicamente de forma considerável para a análise histórica, as propostas de Skinner também foram alvo de críticas (JAY, 2012; SILVA, 2010).

Por sua vez, Pocock, mediante sua leitura das propostas teóricas de Ferdinand de Saussure (JASMIN; FERES JÚNIOR, 2006), deu ênfase à identificação e compreensão das “linguagens políticas” e da “performance” dos autores dentro de determinado “jogo linguístico”, levando-se em consideração a *langue* – a língua de modo geral – e a *parole* – os modos de uso dessa língua (POCOCK, 2003; JASMIN; FERES JÚNIOR, 2006). Embora se diferencie da História das Ideias, a História Intelectual, após Pocock e Skinner, passou a ser objeto de debates diversos, estabelecidos por vários outros autores, sobre as características centrais que orientam seus pressupostos teórico-metodológicos (DARNTON, 1990; DOSSE, 2007; WASSERMAN, 2015; PALTÍ, 2007b).

³ Grosso modo, a chamada “virada linguística” consistiu em vários debates sobre a mudança filosófica que preconizou uma maior autonomia da linguagem sobre a realidade e a disciplina histórica. (JASMIN; FERES JÚNIOR, 2006; PALTÍ, 1998).

No tocante às mudanças ocorridas na História Intelectual latino-americana, parece ser um consenso que a maior renovação tenha sido empreendida pelo historiador franco-espanhol François-Xavier Guerra (PALTÍ, 2007a; PALTÍ, 2007b; EZCURRA, 2010; RICUPERO, 2015), embora alguns autores defendam a possibilidade de parte dessa reformulação ter vindo até mesmo antes de Guerra.⁴ Conforme aponta Palti, Guerra teria sido o autor que introduziu uma nova abordagem, pautada pelo estudo dos “usos públicos da linguagem” (PALTÍ, 2007b, p. 303). Para além disso, Palti também elenca outras contribuições principais de Guerra para a História Intelectual latino-americana, dentre elas, o rompimento com a proposta de “influências ideológicas”, considerando, assim, que o contexto passa a ter importância para a construção dos discursos políticos e vice-versa (PALTÍ, 2007b).

No entanto, Palti também critica parte da produção de Guerra, mais especificamente o modo rígido, em sua visão, que este último autor concebe a relação, ou melhor, a oposição entre tradição e modernidade (PALTÍ, 2007b). Somando-se a Palti nessas críticas, podemos citar as colocações de Bernardo Ricupero, autor que concorda com a existência de uma teleologia na proposta de Guerra, apontada pelo historiador argentino (RICUPERO, 2015).

Além de Guerra, a “Nova” História Intelectual latino-americana também passou a ser desenvolvida por outros historiadores da região nos anos 1990. O próprio Elías Palti, juntamente com Carlos Altamirano, Oscar Terán, Jorge Myers, entre outros autores, compuseram o Grupo de Trabalho de História Intelectual da Universidad Nacional de Quilmes, na Argentina, de modo a dar continuidade a essa renovação e aprimorá-la. Alguns resultados foram a realização do primeiro encontro dos centros de pesquisa em História Intelectual, ocorrido em 1997, e a organização e publicação da Revista *Prismas*, especializada nas pesquisas dessa disciplina e em vigência atualmente (GRANADOS GARCIA; MARICHAL, 2009).

José Carlos Chiaramonte foi outro historiador a também exercer esse aporte na Argentina a partir dos anos 1990, e privilegiou os vocabulários políticos e da circulação de ideias ao analisar as independências na região do Rio da Prata (PASQUALE, 2012). Granados García e Marichal listam outros autores que também são considerados expoentes dessa renovação na América Latina, tais como o mexicano Guillermo Palacios e o chileno Eduardo Devés-Valdés, por exemplo (GRANADOS GARCIA; MARICHAL, 2009).

⁴ Eugênio Carvalho, por exemplo, argumenta, de forma matizada e relativizada, sobre as contribuições de Arturo Roig (1922-2012) terem consistido em uma possível “ponte” entre os dois momentos historiográficos ainda na década de 1970 (CARVALHO, 2015).

Nesse sentido, Palti, historiador atento especificamente aos processos políticos e intelectuais próprios da América Latina oitocentista, argumenta que a História Intelectual a ser realizada sobre esse período está para além de se pautar nos sentidos que as palavras têm ou tiveram nos dicionários, devendo “reconstruir linguagens políticas” (PALTÍ, 2007a, p. 17). Dialogando com Skinner e Pocock, Palti sustenta que essa seria uma das maiores características responsáveis pelo distanciamento entre a História Intelectual e a tradicional História das Ideias, pois, conforme o autor, “uma linguagem política não é um conjunto de ideias ou conceitos, mas sim um modo característico de produzi-los” (PALTÍ, 2007a, p. 17). Isso nos possibilitaria entender a “[...] lógica que as articula” (PALTÍ, 2007a, p. 17) e, também, evitar “os modelos ideais” e os “sistemas de pensamento” (PALTÍ, 2007a, p. 55).

É nessa reformulação teórico-metodológica, grosso modo, proposta por Skinner, Pocock, Guerra e Palti, que muitos historiadores uruguaios têm se embasado nos últimos anos, em maior ou menor grau, dando atenção, também, aos pressupostos da História Conceitual de forma complementar tal abordagem. Essa nova postura historiográfica tem contribuído consideravelmente para o revigoramento dos estudos a respeito da história dos processos político-intelectuais e conceituais uruguaios, principalmente os do século XIX. É sobre as possibilidades de complementaridade entre essas duas vertentes e seus usos pela historiografia uruguaia contemporânea que trataremos a seguir.

Travessias: diálogos entre a História Intelectual e a História Conceitual para a reescrita da história política uruguaia oitocentista

Em consonância com os postulados da Escola de Cambridge, propostos por Skinner e Pocock, Palti (2007b), assim como Melvin Richter (2006) e Kari Palonen (DOSSE, 2007; JASMIN; FERES JÚNIOR, 2006), por exemplo, considera que a História dos Conceitos alemã, encabeçada por Reinhart Koselleck, pode ser um complemento teórico-metodológico da “Nova” História Intelectual, apesar da existência de algumas divergências entre essas vertentes (SILVA, 2009; JASMIN, 2005; POCOCK, 2006; KOSELLECK, 2006; FERES JÚNIOR, 2014).

Palti ressalta a proposta de se considerar a História dos Conceitos não enquanto parte do âmbito da História Social, mas autônoma a ela, característica que proporcionaria a apreensão da temporalidade, na visão de Koselleck. Assim, isso permitiria uma maior compreensão das formas históricas da temporalidade, quais sejam o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas” e sua relação com as percepções de

aceleração do tempo histórico e a modernidade, conforme haja o afastamento entre aquelas duas categorias (PALTÍ, 2007b, p. 301).

Nesse sentido, Koselleck entende que os conceitos devem ser polissêmicos e mutáveis ao longo do tempo (KOSELLECK, 1992). Neste ponto, Koselleck concorda com Skinner e Pocock, mais especificamente à crítica destes autores à noção de “ideias-unidade” proposta por Lovejoy, ainda nos anos 1940 (KOSELLECK, 2006). Além disso, o autor alemão considera “[...] teoricamente errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da experiência histórica” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Embora seja mais adepto da análise hermenêutica⁵ e não tanto da filosofia da linguagem como Pocock e Skinner, Koselleck também trata sobre a inter-relação entre a história das linguagens políticas e a História Conceitual. Assim, afirma haver um vínculo entre diacronia e sincronia por meio de uma “reciclagem linguística” dos conceitos ao longo do tempo, proporcionada pela própria “singularidade histórica” dos “atos de fala” contextuais e que garantiria “[...] um grau mínimo de continuidade” (KOSELLECK, 2006, p. 101). No entanto, também alerta que a História conceitual, embora em concordância com muitos pontos da História dos discursos ou linguagens políticas,

[...] é mais que uma sequência de atos de fala únicos realizados em situações específicas; ela registra também aquele conjunto de estruturas reproduzíveis de longa duração, armazenadas na linguagem, que estabelecem as pré-condições para conceituar os eventos (KOSELLECK, 2006, p. 107).

Por outro lado, Koselleck reconhece a possibilidade de compatibilidade teórico-metodológica entre as indicações da Escola de Cambridge e a História Conceitual praticada por ele. O autor faz isso quando argumenta que não seria possível um agente histórico realizar uma inovação linguística ou intelectual em um contexto específico sem antes considerar os “recursos linguísticos criados diacronicamente no passado recente ou mais remoto e compartilhado por todos os falantes e ouvintes” (KOSELLECK, 2006, p. 102). Para Koselleck, é essa característica da linguagem que torna possível a concepção a respeito da duração das ideias ao longo do tempo (KOSELLECK, 2006, p. 102).

⁵ Koselleck foi um historiador vinculado aos pressupostos da hermenêutica histórica, tendo dialogado muito com o filósofo Hans-Georg Gadamer, assim como divergido de algumas de suas ideias. Sobre esse debate (PEREIRA, 2011).

Além disso, quando trata sobre a ideia de “conceitos básicos”, Koselleck estabelece outro ponto de concordância com a história das linguagens ou discursos políticos da Escola de Cambridge, pois argumenta que tais conceitos, apesar de estarem localizados no interior de um discurso, realizam o papel de “[...] pivôs em torno dos quais todos os argumentos giram.” (KOSELLECK, 2006, p. 104). Desse modo, Koselleck deixa claro que “[...] uma análise dos conceitos demanda o conhecimento tanto dos contextos linguísticos como dos extra-linguísticos, incluindo aqueles fornecidos pelos discursos.” (KOSELLECK, 2006, p. 104).

Dialogando com Koselleck, Javier Fernández Sebastián, por sua vez, tem uma compreensão um pouco mais flexível sobre a História Conceitual, pois entende essa abordagem enquanto uma interdisciplinaridade totalmente compatível entre várias vertentes. Assim, a compreensão de Sebastián engloba a *Begriffsgeschichte* alemã, que tem em Koselleck seu maior expoente, a filosofia da linguagem de Wittgenstein (“jogos de linguagem”), Austin (“atos de fala”) e, principalmente, a história das linguagens ou dos discursos políticos da Escola de Cambridge, na figura de Pocock (SEBASTIÁN, 2013, p. 12).

Acreditamos ser pertinente já anteciparmos que Sebastián defendeu essa posição teórico-metodológica na introdução à obra *História Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*, organizada pelo historiador e cientista político uruguaio Gerardo Caetano, publicada em 2013. Sebastián colaborou com esse texto introdutório enquanto coordenador-geral do *Proyecto Iberconceptos* de História Conceitual⁶, projeto que conta, também, com vários dos autores que colaboraram para a realização dessa obra organizada por Caetano (CAETANO, 2013). Trataremos de modo detido sobre esse ponto um pouco mais adiante.

Nesse sentido, para Sebastián, seria preciso dedicar atenção aos usos contextuais de um conceito por um mesmo indivíduo ou por vários, considerando, assim, a existência de “[...] um amplo leque de usos e jogos de linguagem, parcialmente solapados e coincidentes, sem dúvida, mas também parcialmente *discrepantes e contraditórios*” (SEBASTIÁN, 2013, p. 17, grifos nossos). Para Sebastián, a História Conceitual seria, na verdade, uma História das “conceitualizações”, dos usos dos conceitos em contextos específicos, que poderia até ser complementada com a História da circulação dos impressos e de modo a estabelecer modificações ou conservações políticas e sociais (SEBASTIÁN, 2013, p. 19). Proposições com que estamos de pleno acordo.

⁶ O projeto, iniciado em 2004, objetiva a produção de pesquisas sobre História Conceitual relativas aos países ibero-americanos e conta com pesquisadores da Espanha e de vários países da América Latina, como Brasil e Uruguai, por exemplo (FERES JUNIOR, 2014).

Para além dessas indicações, Sebastián concorda com Koselleck a respeito da relação intrínseca entre a experiência dos agentes históricos e a linguagem, que proporcionaria a compreensão a respeito da mediação entre os aspectos linguísticos e a realidade (SEBASTIÁN, 2013). Essa concordância fica ainda mais explícita quando consideramos o que o historiador alemão afirmou sobre esse ponto, tendo argumentado que “[...] os conceitos são tanto indicadores como fatores na vida política e social. Posto metaforicamente, os conceitos são como junções ligando a linguagem e o mundo extra-linguístico.” (KOSELLECK, 2006, p. 100).

Desse modo, Sebastián concebe que as ações dos agentes históricos tangenciam os usos linguísticos ao longo do tempo e, de modo vinculado a isso, o fato de que tais experiências humanas são intrinsecamente relacionadas às “noções” e “categorias” linguísticas anteriores, que as sustentam (SEBASTIÁN, 2013, p. 19). Nesse sentido, segundo Sebastián, é preciso que o historiador compreenda que a realidade está “*linguisticamente constituída*”, por meio de uma “[...] dialética entre noções e experiências que a história conceitual se esforça para trazer à luz [...].” (SEBASTIÁN, 2013, p. 19, grifos do autor). Desse modo, seria possível identificar a complexidade existente na oscilação temporal e contextual dos usos das palavras e dos discursos (SEBASTIÁN, 2013, p. 19).

De modo a darmos prosseguimento ao nosso objetivo neste trabalho, que é o de endossar as possibilidades de diálogo entre a História Intelectual e a História dos Conceitos para o estudo dos processos políticos do Uruguai oitocentista e sua mobilização pela historiografia uruguaia contemporânea, acreditamos ser necessário retomar, brevemente, alguns aspectos gerais da produção de Ardao, Zum Felde e Real de Azúa. Alguns desses autores mobilizaram, em certos momentos, termos como “recepção”, “assimilação” e “adaptação” (ARDAO, 1959), que atualmente, são considerados resultados mais próprios do processo de renovação da História Intelectual (PALTI, 2007a).

Nesse sentido, Raquel García Bouzas, por exemplo, considera Ardao um historiador “pioneiro” nas histórias intelectual e/ou conceitual uruguaias (BOUZAS, 2012). No entanto, embora reconheçamos as contribuições historiográficas de Ardao, acreditamos não ser possível afirmar que sua obra possa representar um ponto de mudança teórico-metodológica na historiografia da História Intelectual e/ou Conceitual uruguaia de forma geral.

Além disso, reconhecemos que esses autores também concebiam a possibilidade de certas mudanças que as ideias poderiam sofrer ao longo do tempo em seu processo histórico. No entanto, entendemos que eles ainda as viam enquanto expressões de algo

“espiritual”, transcendente, quase “desencarnado” da história dos homens e mulheres que as mobilizaram no tempo. Em diálogo com Bouzas (2012), poderíamos considerar Ardao uma exceção em relação a esse último ponto, no que tange ao seu modo de conceber que as ideias poderiam ser compreendidas enquanto resultado da realidade, das circunstâncias “concretas”.

No entanto, a nosso ver, Ardao enxergava essa relação enquanto um movimento de mão única e não como propõem Skinner, Pocock, Palti, Koselleck, Guerra e Sebastián, por exemplo, que veem, por sua vez, uma inter-relação mais intensa entre a linguagem e a realidade histórica. É nesse sentido que percebemos uma mudança considerável praticada pela historiografia uruguaia recente, estabelecida em diálogo com essa renovação teórico-metodológica indicada pelos autores que já mencionamos e a complementaridade entre elas. É sobre isso que trataremos, de modo mais detido, a seguir.

Nesse sentido, percebemos que até o início dos anos 2000 não houve trabalhos que se muniram de novas teorias e metodologias próprias da renovação da História Intelectual e Conceitual no Uruguai. Foi a partir das contribuições de historiadores uruguaios mais atuantes nas últimas duas décadas que, finalmente, foi possível notarmos a introdução das indicações dessa renovação teórico-metodológica na historiografia desse país.

Um dos autores que mais possuem trabalhos pautados por esse novo aporte é Gerardo Caetano. Embora já tenha se debruçado sobre os mais variados períodos e temas da história uruguaia, este historiador tem, atualmente, dado mais atenção ao século XIX a partir das contribuições teórico-metodológicas propostas tanto pelos expoentes da Escola de Cambridge, quanto as da História Conceitual alemã e ibero-americana. Um exemplo disso é a organização, realizada por ele, da obra *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)* e publicada em 2013, que já mencionamos anteriormente.

Conforme explicita o próprio Caetano na nota introdutória à referida obra, o trabalho foi resultado das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto *Iberconceptos*, “[...] no que se refere à participação dos integrantes da equipe uruguaia no tomo II do *Diccionario político y social del mundo Iberoamericano: La era de las revoluciones 1760-1870*, editado em Madrid pelo Centro de Estudios Políticos y Sociales”, sob a liderança do historiador espanhol Javier Fernández Sebastián (CAETANO, 2012-2013, p. 7). Inclusive, Sebastián, enquanto coordenador geral do projeto em caráter transatlântico, também colaborou para a realização do livro. Em um capítulo, também de teor mais preambular e teórico-metodológico, argumenta sobre sua concepção mais ampla de “história conceitual”, que engloba as contribuições da Escola Cambridge no

que tange ao estudo das linguagens políticas (SEBASTIÁN, 2013, p. 12), conforme já apontamos anteriormente.

Em consonância com o que propõe Sebastián, Caetano argumenta que a proposta da obra se inscreve em “[...] *um tipo de abordagem claramente discernível em relação aos exercícios tradicionais de história das ideias, mais usuais em nossas latitudes*” (CAETANO, 2012/2013, p. 7, grifos nossos). Desse modo, embora não mencione os nomes de Ardao, Zum Felde e Real de Azúa, notamos que Caetano indica o objetivo de se distanciar da antiga história das ideias uruguaia, desenvolvida por aqueles autores, de modo a pôr em prática uma nova possibilidade teórico-metodológica para as pesquisas sobre os processos políticos e sociais do Uruguai oitocentista. Assim, reforça o historiador uruguaio:

desse modo, pode registrar-se em toda a sua dimensão a alta significação da batalha política e ideológica pelos conceitos, a partir do discernimento necessário entre as “palavras” (“possibilidades significantes”) e “os conceitos” (“unificações polissêmicas”). Também assim poderá encontrar-se uma forma mais persuasiva para *compreender a radical historicidade e temporalidade dos conceitos*, o que exige ao historiador mudanças muito significativas em sua teoria e metodologia. *Nesse marco de maior complexidade, a confirmação de pluralidade de sentidos consagrados pelo uso, assim como a ratificação da contestabilidade e contingência dos conceitos políticos, distancia-nos da mitologia e da ilusão lexicográfica canônica* (CAETANO, 2012-2013, p. 8, grifos nossos).

Embora Caetano utilize o termo História dos Conceitos em alguns momentos da obra, é possível notarmos a complementaridade entre essa abordagem e as contribuições da Escola de Cambridge, não somente nos capítulos escritos pelo organizador, nos verbetes sobre os conceitos de “Partidos” e “Pátria” (CAETANO, 2013), mas também nos demais. Especificamente sobre este último verbe, “Pátria”, o autor propõe uma nova forma de se conceber as relações entre os usos das linguagens e as práticas políticas relacionados a tal conceito, e sugere a ideia de “cultura da unidade” nacional para isso (CAETANO, 2013). Em nossa perspectiva, a referida proposta veio a contribuir consideravelmente para as pesquisas relativas aos projetos de nação levados a cabo ao longo do século XIX uruguaio.

Os outros historiadores participantes da obra seguem o mesmo caminho teórico-metodológico: Ana Frega, ao tratar sobre os significados de “Independência” (2013, p. 31-50) e “Revolução” (2013, p. 51-70); Ariadna Islas Buscasso, em sua pesquisa

a respeito dos conceitos de “nação”/“civilização” (2013, p. 93-112) e “Estado” (2013, p. 73-91); Ana Ribeiro, ao se dedicar aos sentidos de “ordem” (2013, p. 115-133) e “soberania” (2013, p. 135-152); Inés Cuadro Cawen, ao se debruçar sobre as mudanças das ideias de “democracia” ao longo do tempo (2013, p. 155-171); e Wilson González Demuro, no que tange aos usos, linguagens e conceituações temporais e contextuais de “liberdade” (2013, p. 175-194).

Obviamente, os historiadores que compõem esse livro também possuem outros trabalhos que privilegiam essa abordagem. O próprio Caetano publicou artigos dignos de nota para o nosso objetivo aqui, inclusive em coautoria com alguns dos participantes da obra já mencionada. Nestes, o foco maior foram as tensões conceituais e das linguagens políticas referentes aos conceitos de “liberdade”/“liberalismo” e “República”/“republicanismo”, tendência que se mostra em ascensão em meio aos estudos recentes sobre a história política uruguaia, principalmente relativos ao século XIX. Nessa linha, Caetano e Ana Ribeiro buscaram analisar o “pleito conceitual” entre esses dois termos nos tempos do “libertador” José Gervásio Artigas, ainda no contexto do processo de independência da então denominada Banda Oriental, uma das adjetivações precursoras do nome “Uruguai”, no início do século XIX (CAETANO; RIBEIRO, 2018; FREGA, 2008).

No mencionado trabalho de Caetano e Ribeiro, os autores argumentam que o conceito de “república” foi perdendo sua carga semântica, que conotava um “*ethos* cívico” e a “virtude” para dar lugar a um significado mais ligado necessariamente ao regime oposto à monarquia. De modo geral, os autores chegam à conclusão de que o referido contexto político-intelectual foi marcado por um “magma conceitual” e “ideológico” muito complexo. Nesse sentido, a disputa pelos seus significados resultou em tensões entre esses termos, o que, por sua vez, impossibilitou a existência de “resoluções claras”, muito menos a nível “doutrinário” (CAETANO; RIBEIRO, 2018, p. 35). No entanto, destacaram que “de qualquer modo, sem anacronismos, essa tensão inerente ao artiguismo se acercava mais aos ecos da velha ‘República’ que às novidades do que já se visualizava como o futuro ‘Liberalismo’” (CAETANO; RIBEIRO, 2018, p. 35).

Em outro trabalho, Caetano argumenta que o liberalismo deve ser concebido enquanto “conceito fundamental” durante o século XIX uruguaio, em relação a outros, como o “republicanismo”, por exemplo (CAETANO, 2016). A partir das propostas de Sebastián, em seu diálogo com Koselleck, o historiador uruguaio entende os “conceitos fundamentais” enquanto sustentadores da “arquitetura argumentativa” de um determinado contexto histórico e linguístico, sendo que sua desconsideração comprometeria a “reconstrução” dos significados discursivos (SEBASTIÁN, 2009,

s/p apud CAETANO, 2016, p. 115). Além disso, a ideia de “conceitos fundamentais”, mobilizada por Caetano, está diretamente relacionada, a nosso ver, com a noção de “conceitos básicos” proposta por Koselleck, que são complexos e estão sempre em disputa ao longo do tempo (KOSELLECK, 2006, p. 103).

Conforme Caetano argumenta, foi o conceito “liberalismo” que estruturou, de forma “aberta e polissêmica” (CAETANO, 2016, p. 115), todos os discursos, linguagens e práticas político-sociais ao longo de praticamente todo o século XIX, e só cedeu terreno ao republicanismo a partir da década de 1890 em diante (CAETANO, 2016). Esse trabalho de Caetano, conforme o próprio autor se posiciona, também é uma resposta historiográfica (CAETANO, 2016, p. 132-133) ao artigo que Javier Gallardo escreveu mais de uma década antes, que igualmente se dedicou ao estudo do republicanismo ao longo da segunda metade do século XIX uruguaio (GALLARDO, 2003).

Conforme defende Gallardo, o ideário republicano presente, em maior ou menor grau, no interior das elites político-intelectuais daquele contexto, não esteve em uma posição secundária em relação ao “liberalismo”, mas sim de forma equitativa a este conceito e ao de “democracia”. Embora Gallardo deixe claro que se ampara pelo arcabouço teórico mais próprio da Teoria Política e da História das Ideias, e não tanto da História Intelectual – aos moldes de sua renovação – e/ou da História Conceitual, o autor se embasa nos estudos sobre o republicanismo realizados por Skinner e Pocock (GALLARDO, 2003).

Nesse sentido, Gallardo propõe um estudo do “desenvolvimento de determinadas linguagens políticas e não um corpo teórico sistematizado, de rara existência na reflexão política local” (GALLARDO, 2003, p. 6). Desse modo, a abordagem de Gallardo se aproxima mais dos pressupostos teóricos preconizados pela Nova História Intelectual e, ao mesmo tempo, se distancia, assim como Caetano e outros historiadores e historiadoras uruguaios mais contemporâneos, da tradicional história das ideias. Conforme o próprio Gallardo expõe, sua intenção é considerar a abrangência de linguagens políticas existentes naquele contexto, de modo a superar as dicotomias históricas rígidas, de caráter político-conceitual, entre “liberalismo” e “republicanismo” (GALLARDO, 2003, p. 41).

Caetano, por sua vez, no já referido trabalho em que dá primazia ao liberalismo e não ao republicanismo durante o século XIX, indica algumas de suas concordâncias e divergências em relação ao que defende Gallardo. Caetano, dentre outros pontos, reconhece a análise minuciosa e o conhecimento de Gallardo sobre o republicanismo uruguaio, afirmando que o autor teve sucesso em identificar as tensões entre os elementos republicanos e liberais, além de ter sido feliz em argumentar a respeito das

“genealogias republicanas” uruguaias, em sentido plural, iniciadas ainda no século XIX. Essa forma de entender os conceitos de modo não unívoco, indiretamente, também aproxima Gallardo de uma História Conceitual. Caetano destaca ainda a atenção do autor em explicitar que houve uma síntese de elementos ideológicos diferentes, não deixando espaço para ideias ditas “puras”, o que evitaria uma “rigidez” conceitual existente naquele contexto (CAETANO, 2016, p. 132).

No entanto, Caetano aponta possíveis anacronismos resultantes de uma “superinterpretação” de Gallardo, relativa às fontes que analisou, o que daria a impressão de uma “visão apriorística” confirmadora de sua hipótese central. Tal “apriorismo” de Gallardo radicaria, segundo Caetano, no fato de aquele autor compreender que o republicanismo teria tido uma “receptividade ampla” pelas elites político-intelectuais uruguaias do último quarto do século XIX (CAETANO, 2016, p. 132-133).

Também há autores que privilegiam não somente a complementaridade entre a Escola de Cambridge e a História Conceitual alemã, mas também a compatibilidade entre estas vertentes com a história da imprensa para se pesquisar o oitocentos uruguaio. Um deles é Wilson González Demuro, historiador que também colaborou para a realização da obra coletiva *História Conceptual*, organizada por Caetano. Em sua dissertação de mestrado, Demuro procurou analisar a circulação de ideias por meio dos periódicos fundados e publicados na antiga Província Oriental, entre o final do período colonial e o final do processo de emancipação política do país (DEMURO, 2013).

Embora Demuro dedique maior atenção aos aspectos relativos à formação de uma incipiente esfera pública no país e às suas mudanças ao longo do tempo, o autor também procura argumentar sobre a relevância de se adotar a complementaridade entre as duas vertentes em questão. Conforme defende, contribui para uma maior compreensão a respeito de como as ideias e linguagens políticas adjacentes aos conceitos de “liberdade”, “opinião pública”, “pátria”, “nação” estavam sendo mobilizadas e apreendidas, por meio dos periódicos, naquele contexto de profundas transformações históricas (DEMURO, 2013).

Para além de Koselleck, Skinner e Pocock, Demuro dialoga diretamente com Guerra, Annick Lempérière, Palti e Sebastián no que tange mais especificamente às ressignificações políticas, em caráter linguístico e semântico, ocorridos naquele momento das revoluções de independência. Conforme o próprio Demuro argumenta, essa nova abordagem permite ao historiador compreender as atuações públicas, individuais e coletivas dos agentes históricos do contexto revolucionário das independências, evitando-se, assim, os anacronismos. Além disso, “[...] o pesquisador pode captar

com maior precisão *a polifonia dos conceitos*, evadindo a tentação de abordar seu estudo desde a perspectiva de alguns *atemporais 'tipos ideais'*." (DEMURO, 2013, p. 99, grifos nossos, aspas do autor). Nesse sentido, este caminho permitiria apreender uma multiplicidade de "espaços públicos" ao invés de um único, e as "modernidades" existentes nesse processo (DEMURO, 2013, p. 99).

Tal aporte teórico-metodológico mobilizado por Demuro também se mostrou muito frutífero na análise sobre as mudanças de significado relacionadas especificamente ao conceito de "opinião pública", e os sentidos vinculados a ele, no recorte temporal realizado pelo autor. Em outro trabalho, Demuro, seguindo a linha teórico-metodológica adotada em sua dissertação de mestrado, trata especificamente sobre os significados desse conceito de "opinião pública" também no contexto do processo revolucionário de independência da ainda denominada Província Oriental, mais especificamente entre 1810 e 1820 (DEMURO, 2013).

Ana Frega também tem se dedicado às interconexões entre história conceitual e história das linguagens políticas, inspirada, também, pela renovação historiográfica de uma "Nova" História Intelectual das independências, exercida pelo historiador argentino José Carlos Chiaramonte (FREGA, 2004). Em sua tese de doutorado, a historiadora uruguaia propôs uma análise por meio de que visou superar a linha historiográfica uruguaia dita "nacionalista", "linear" e de caráter "elitista", responsável por construir a figura de José Artigas como o "herói fundador da nacionalidade oriental" (FREGA, 2004, p. i).

O foco da autora foi o conceito de "soberania particular dos povos" e seus usos, muitas vezes a partir das posições sociais. Esse conceito também foi mobilizado no contexto artiguista de independência em relação à Espanha, e Frega dedicou sua análise de modo a, também, dar espaço aos setores populares nesse processo, se distanciando, assim, daquela linha mais "nacionalista" e "elitista" (FREGA, 2004).

Em outro trabalho, Frega se dedica a analisar as mudanças de significado que os adjetivos nacionais de "uruguaios" e "orientais" sofreram ao longo do tempo. Seguindo a posição historiográfica que adotou em sua tese de doutorado, a historiadora argumenta que o objetivo de analisar tais mudanças conceituais se deve ao fato de manter esse distanciamento em relação à antiga historiografia nacionalista, que considerava existir uma linearidade e "constância" na construção do novo Estado uruguaio (FREGA, 2008, p. 95). Nesse sentido, a autora parte de uma abordagem que entende a "nação" e as identidades nacionais como questões construídas historicamente, "[...] ou seja, como

construções plurais, heterogêneas, mutáveis, muito diferentes, por certo, das tramas lineares e homogeneizadoras que teceram as ‘historias pátrias.’” (FREGA, 2008, p. 95).

Para atingir seu objetivo, Frega inicia sua análise desde um pouco antes do início do processo de independência e se estende até o início do século XXI, buscando demonstrar como tais adjetivações nacionais mudaram ao longo do tempo devido aos interesses político-culturais de cada contexto histórico (FREGA, 2008). Desse modo, no que tange à análise relativa especificamente ao século XIX, Frega perpassa as significações estabelecidas para os termos “uruguaio” e “orientais” e suas relações com os nomes cogitados para o novo país (FREGA, 2008).

Nomes como “Banda Oriental”, “Província Oriental”, “Nação Montevideana”, “Província Cisplatina” (antes e durante o processo de independência), “República Oriental do Uruguai” (adotado oficialmente pela Constituição de 1830 e mantido até hoje), foram mobilizados dentro do debate público. A autora argumenta que, diferentemente do sentido mais regional que o termo “oriental”/“orientais” possuía durante o processo de independência do país, ainda no início do século XIX, o conceito passou a ter um significado mais “nativista” no final dessa centúria. Por outro lado, o conceito “uruguaio”/“uruguaio” passou a estar vinculado a uma ideia mais urbana e, inclusive, cosmopolita (FREGA, 2008, p. 103).

Considerações finais

As “travessias” pelas quais a historiografia uruguaia tem passado nas últimas duas décadas contribuíram, de forma frutífera, para as análises e pesquisas a respeito dos processos político-intelectuais e conceituais ocorridos no Uruguai oitocentista. Essa renovação foi marcada pela adoção de um aporte aberto à complementaridade entre a chamada “Nova” História Intelectual, iniciada, em âmbito mais amplo, pela Escola de Cambridge, e pelas propostas de Elías Palti, no âmbito latino-americano, e pela História conceitual alemã, de Koselleck, seguida por Javier Sebastián e historiadores hispano-americanos. Embora naturalmente haja críticas a essa compatibilidade de vertentes teórico-metodológicas em um plano mais abrangente da historiografia, consideramos que sua mobilização, pela historiografia uruguaia recente, tem sido bem-sucedida em propor uma alternativa à tradicional história das ideias de Ardao, Real de Azúa e Zum Felde.

Desse modo, do início dos anos 2000 até os dias atuais, percebemos que houve, e ainda há, uma produção cada vez mais crescente e predominante de trabalhos no

sentido dessa reformulação. Essas contribuições buscam analisar os discursos políticos dos agentes e grupos históricos uruguaios inseridos em seus próprios contextos de atuação, e não mais considerando as “influências”, as ideias e os conceitos enquanto “forças transcendentais” ou como resultado último das “circunstâncias”.

Além disso, essa produção historiográfica privilegia uma interconexão maior entre sincronia, diacronia, linguagem, e contexto político-intelectual e histórico, visando, também, à circulação das ideias para a formação dos conceitos político-sociais e seus usos. Essa abordagem tem oferecido aos historiadores uruguaios contemporâneos e aos “uruguaístas”, de modo geral, novas possibilidades de hipóteses e de interpretação acerca dos principais eventos e processos político-intelectuais da história do país, mais especificamente os do século XIX. Assim, o processo de independência, a criação da primeira Constituição republicana, a consolidação do Estado, e os debates sobre a construção da nação e da cidadania tomaram outra dimensão. De nossa parte, endossamos essa abordagem para as pesquisas sobre tais temas, problemáticas e período, considerando, claro, suas potencialidades e limites teórico-metodológicos.

REFERÊNCIAS

ARDAO, Arturo. **Etapas de la inteligencia uruguaya**. Montevideo: UDELAR/Atenas, 1971.

ARDAO, Arturo. **Espiritualismo y positivismo en el Uruguay**. 2 ed. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 1968.

ARDAO, Arturo. **Racionalismo y Liberalismo en el Uruguay**. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 1962.

ARDAO, Arturo. América Descubre su Pensamiento Original en Estas Dos Décadas. **Cuadernos de Marcha**, Montevideo, Año XXI, n. 966, p. 1B-2B, 3 de julho de 1959.

ARDAO, Arturo. Sobre el concepto de Historia de las Ideas. **Cuadernos de Marcha**, Montevideo, n. 862, p. 22-23, 17 de maio de 1957.

BOUZAS, Raquel García. Arturo Ardao, pionero en la historia conceptual. **Revista de la Facultad de Derecho**, Montevideo, n. 33, p. 53-72, jul/dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3DourqU> Acesso em: 17 fev. 2021.

BUSCASSO, Ariadna Islas. Morigerar los costumbres para formar la nación. El concepto civilización en el discurso político desde la formación de la sociedad colonial hasta la constitución de la república (1750-1870). *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual**: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870), Montevideu: EBO, p. 93-112, 2013a.

BUSCASSO, Ariadna Islas. Entre pactos. Notas sobre el concepto de Estado entre la nación española y la república oriental (1750-1870). *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual**: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870), Montevideu: EBO, p. 73-91, 2013b.

CAETANO, G. Genealogías de la política uruguaya moderna: elliberalismo como “concepto fundamental” y su primacía sobre el republicanismo em el siglo XIX. **Claves**: Revista de Historia, Montivideu, v. 2, n. 2, p. 111-143, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Yw2rII>. Acesso em: 17 feb. 2021. DOI: 10.25032/crh.v2i2.5.

CAETANO, Gerardo. La cuestión del origen de los partidos: el pleito entre distintas maneras de concibir la asociación política. *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual**: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870), Montevideu: EBO, p. 197-213, 2013a.

CAETANO, Gerardo. La Pátria resignificada tras los “lenguajes del Patriotismo”. *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual**: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870), Montevideu: EBO, p. 215-231, 2013b.

CAETANO, Gerardo. Nota introductoria. *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual**: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870), Montevideu: EBO, p. 7-8, 2013c.

CAETANO, Gerardo; RIBEIRO, Ana. El pleito conceptual entre libertad y república en los tiempos artiguistas. **Ariadna histórica**: lenguajes, conceptos, metáforas. Biscaia, n. 7, p. 13-35, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3iH4IXW>. Acesso em 17 fev. 2021.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. Artudo Andrés Roig: precursor da História Intelectual latino-americana? **Tempos Históricos**, Paraná, v. 19, p. 48-62, 1º Sem. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3AiLWXC>. Acesso em: 17 fev. 2021.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. As origens do movimento latino-americano de história das ideias. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 220-212, jul./dez.

2012. Disponível em: <https://bit.ly/3v77GF3>. Acesso em: 17 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2012.2.10778>.

CAWEN, Inés Cuadro. Variaciones del concepto político "*democracia*" en el territorio de la Banda Oriental del Uruguay (1770-1870). In: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**, Montevideu: EBO, p. 155-174, 2013.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEMURO, Wilson González. **Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independência (1814-1825)**. 2013. (Mestrado em História). Programa de Posgrado de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, Montevideu. 2013a.

DEMURO, Wilson González. El concepto de libertad: un acercamiento a su evolución, desde el fin de la época colonial a la primera modernización estatal uruguaya. In: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**. Montevideu: EBO, p. 175-194, 2013b.

DEMURO, Wilson González. "Un Juez severo a quien temen aun los Gobiernos más despóticos". El concepto de opinión pública en la prensa oriental durante la revolución (1810-1820). **Humanidades**: revista de la Universidad de Montevideo, Montivideu, n. XII, p. 97-124, 2013c. Disponível em: <https://bit.ly/302zSNz>. Acesso em: 17 fev. 2021.

DOSSE, François. **La marcha de las ideas**: História de los intelectuales, história intelectual. PUV: Universitat de Valência, 2007.

EZCURRA, Mara Polgovsky. La historia intelectual latinoamericana en la era del "giro lingüístico". **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Cuestiones del tiempo presente, Paris, n.p., 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3Dtlug1>. Acesso em: 17 fev. 2021.

FALCON, Francisco. História das ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERES JÚNIOR, João. Prefácio. A história conceitual do Brasil no mundo ibero-americano. *In*: FERES JÚNIOR, João (org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2014. p. 9-11.

FREGA, Ana. Los significados de la independencia desde la colonia hasta la afirmación del estado-nación. *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual**: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870), Montevideo: EBO, p. 31-50, 2013a.

FREGA, Ana. Las caras opuestas de la revolución. Aproximación a sus significados desde la crisis de la monarquía española a la construcción del estado-nación. *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual**: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870). Montevideo: EBO, p. 51-70, 2013b.

FREGA, Ana. Uruguayos y orientales: itinerario de una síntesis compleja. *In*: CHIARAMONTE, Jose Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS GARCIA, Aimer. **Crear la Nación**: los nombres de los países de América Latina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008. p. 95-112.

FREGA, Ana. **La "soberanía particular de los pueblos" en la constitución de la Provincia Oriental**: identidad y poderes en Santo Domingo Soriano 1800-1822. 2004. (Doutorado em História). Programa de Posgrado de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2004.

GALLARDO, Javier. Las ideas republicanas en los orígenes de la democracia uruguaya. **Araucaria**, Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades. Sevilla, v. 5, n. 9, p. 3-44, 2003.

GRANADOS GARCÍA, Aimer; MARICHAL, Carlos. **Construcción de las identidades latino-americanas**: ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2009.

JALIF DE BERTRANOU, Clara Alicia. Arturo Ardao y la historia de las ideas como humanismo. **Opción**. Maracaibo, v. 28, n. 67, p. 15-36, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3uRrlse>. Acesso em: 17 fev. 2021.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 27-38, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3BoFMql>. Acesso em: 17 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000100002>.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, Marcelo; FERES JUNIOR, João (org.). **História dos Conceitos:** debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006. p. 9-38.

JAY, Martin. La explicación histórica: reflexiones sobre los límites de la contextualización. **Prismas:** Revista de História Intelectual, Buenos Aires, v. 16, n. 2, p. 145-157, dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3FqKK8h>. Acesso em: 17 fev. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: JASMIN, Marcelo; FERES JUNIOR, João (org.). **História dos Conceitos:** debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006. p. 97-109.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Tradução: Manoel Luis Salgado Guimarães. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LOVEJOY, Arthur. Reflexiones sobre la historia de las ideas (1940). Tradução: Horacio Pons. **Prismas:** Revista de História Intelectual, n. 4, p. 127-141, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3iIXgGA>. Acesso em: 17 fev. 2021.

LOVEJOY, Arthur. **The Great Chain of Being:** a Study of the History an Idea. Cambridge: Harvard University Press, 2001 [1936].

MARTÍNEZ DÍAZ, Nelson. La historiografia uruguaya contemporânea. **Revista Quinto Centenario**, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, v. 5, p. 39-64, 1983.

PALTI, Elias J. **El tiempo de la política:** el siglo XIX reconsiderado. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007a.

PALTI, Elias J. La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. **História Unisinos**, v. 11, n. 3, p. 297-305, set./dez. 2007b. Disponível em: <https://bit.ly/308tXXv>. Acesso em: 17 fev. 2021.

PALTI, Elias J. **Giro lingüístico e História Intelectual.** Stanley Fish, Dominick Lacapra, Paul Rabinow y Richard Rorty. Buenos Aires: UNQ, 1998.

PASQUALE, Mariano Di. Apuntes en torno a la historia intelectual Argentina en el siglo XIX: metodologías, perspectivas y desafíos. **Historiografías**, Saragoça, n. 4, jul.-dez, 2012. p. 27-46. Disponível em: <https://bit.ly/2WSK75V> Acesso em: 18 fev. 2021.

POCOCK, John G. A. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentário sobre o *paper* de Melvin Richter. In: JASMIN, Marcelo; FERES JUNIOR, João (org.). **História dos Conceitos:** debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006. p. 83-96.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.

PEREIRA, Luisa Rauter. O debate entre Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck a respeito do conhecimento histórico: entre tradição e objetividade. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 7, nov.-dez., 2011. p. 245-265. Disponível em: <https://bit.ly/3amN1my>. Acesso em: 17 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i7.240>.

REAL DE AZÚA, Carlos. Ambiente espiritual del 900. **Número**, São Paulo, v. 2, n. 6-7-8, p. 15-36, jan-jun. 1950.

RIBEIRO, Ana. *Orden y desorden: salud y enfermedad social em tempos de heroísmos fundacionales*. In: CAETANO, Gerardo (org). **Historia Conceptual:** voces y conceptos de la política oriental (1750-1870). Montevideu: EBO, p. 115-133, 2013a.

RIBEIRO, Ana. El largo caminho de um concepto migratório: *soberania*. In: CAETANO, Gerardo (org). **Historia Conceptual:** voces y conceptos de la política oriental (1750-1870). Montevideu: EBO, p. 135-152 2013b.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Gechichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. In: JASMIN, Marcelo; FERES JÚNIOR, João (Orgs.). **História dos Conceitos:** debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006. p. 39-53.

RICUPERO, Bernardo. O que há de novo na nova história política de François-Xavier Guerra? **Almanack**, Guarulhos, n. 11, p. 841-852, dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3BBxdbu>. Acesso em: 17 de fev. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320151114>.

SANTOS, Luciano dos. **Leopoldo Zea, Arturo Ardao e João Cruz Costa:** história das ideias, discursos identitários e conexões intelectuais. 2016. (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. Un enfoque de una historia de los conceptos y su aplicación al mundo ibero-americano. In: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**, Montevideo: EBO, p. 11-27, 2013.

SKINNER, Quentin. **Visões da Política: Sobre os métodos históricos**. Lisboa: Alges/DIFEL, 2005.

SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 11-27, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3aic6iL>. Acesso em: 17 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000200002>.

SILVA, Ricardo. História Intelectual e Teoria Política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2YvSRjs>. Acesso em: 17 fev. 2021.

WASSERMAN, Claudia. História Intelectual: origem e abordagens. **Tempos Históricos**, Paraná, v. 19, p. 63-79, 1º sem. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Yw28r6>. Acesso em: 17 fev. 2021.

ZUM FELDE, Alberto. Devenir de la historia. De la influencia francesa en nuestra formación cultural. **Escritura**, Montevideo, n. 1, p. 5-13, out. 1947.

ZUM FELDE, Alberto. **Proceso intelectual del Uruguay y crítica de su literatura**. Tomo 1. Montevideo: Imprenta Nacional Colorada, 1930.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membro pesquisador do Grupo de Pesquisa História Intelectual: narrativas, práticas e circulação de ideias (UFMG/CNPq), coordenado pela Prof.^a Dra. Adriane Vidal Costa (Departamento de História UFMG). Atua e tem experiência na área de História das Américas, principalmente nos seguintes temas: História Política, História Intelectual, História dos Intelectuais, História do Uruguai.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, Brasil, 31270-901.

FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001 (Conforme Portaria Nº 206, de 4 de setembro de 2018)."

AGRADECIMENTO

Agradeço à Profa. Dra. Adriane Vidal Costa, orientadora da pesquisa de doutorado em andamento, de que o presente artigo é, de certa forma, um desdobramento. Também agradeço aos pareceristas da revista que, de modo anônimo, fizeram considerações visando a contribuir com a melhoria deste manuscrito.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

PUBLICAÇÃO PRÉVIA

O artigo deriva especificamente da comunicação oral "Os caminhos da História Intelectual no estudo sobre o Uruguai do século XIX", apresentada pelo autor, em uma versão bem inicial, no evento "VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG – Diálogos necessários (EPHIS-UFMG)", no ano de 2018. Link para acesso: <https://www.ephisufmg.com.br/evento/#edicoes-anteriores>. No entanto, este artigo é uma versão totalmente ampliada, com debates, discussões, materiais e conclusões atualizados sobre a referida temática.

CONTEXTO DA PESQUISA

O presente artigo é vinculado à pesquisa de doutorado em andamento do autor, intitulada "Carlos Maria Ramírez e a ordenação de uma nova República Oriental do Uruguai: entre a 'nação ideal' e a 'nação real' (1868-1898)", desenvolvida sob a orientação da Prof.a Dra. Adriane Vidal Costa (Departamento de História da UFMG). No caso, as discussões estabelecidas neste artigo tangenciam, em maior ou menor grau, os debates que compõem parte do aporte teórico-metodológico mobilizado pelo autor na referida pesquisa.

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe.

Ana Carolina Barbosa Pereira – Editora executiva.

DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2022 Elvis de Almeida Diana.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 22 de fevereiro de 2021.

Alterado em: 5 de outubro de 2021.

Aprovado em: 19 de outubro de 2021.